



Curso de Monitoramento Temático do PPA 2012-2015 e Acompanhamento Orçamentário – LOA

(A Estratégia Ampla de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015)

Claudio Alexandre de Area Leao Navarro
(SPI / MPOG)
Agosto 2013

Para
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA

2012  2015

A Estratégia de M & A do PPA 2012-2015:

**Monitoramento como aprendizagem organizacional
e suas interrelações com
implementação, controle e avaliação de políticas.**

M & A como atributos do Planejamento

EVOLUÇÃO À IDEIA DE CICLO PDCA:

Monitoramento e Avaliação não são fases isoladas do Ciclo de Políticas Públicas: monitorar e avaliar significam planejar e retroalimentar sistemas de informação (LATO SENSU) para inteligência decisória.

M&A SÃO ELEMENTOS INDISSOCIÁVEIS DO CONCEITO DE PLANEJAMENTO:

O esforço contínuo de compreensão da realidade se abastece do monitoramento e da avaliação; sem esse conhecimento, o Planejamento é apenas uma peça de ficção.

Conceitos de M & A

- **MONITORAMENTO NÃO É PANACÉIA, NEM UM FIM EM SI MESMO!**
- **MONITORAMENTO não é COBRANÇA;**
- **MONITORAMENTO não é PRESTAÇÃO DE CONTAS;**
- **MONITORAMENTO não é CONTROLE.**
- **MONITORAMENTO É APRENDIZAGEM...**

“... visando informações tempestivas para tomada de decisões ...”

(Superação do mito dos manuais!)

Conceitos de M & A

MONITORAMENTO como APRENDIZAGEM

Monitoramento diz respeito ao *processo* de implementação, execução e gestão das ações de Estado, então deve ser capaz de ser:

dinâmico, sistêmico, abrangente e inter-trans-multi dimensional.

Por meio de sua aplicação e uso regulares (vale dizer:

uso contínuo, cumulativo e coletivo para agregação de valor), possam se desenvolver:

* Conhecimentos densos e aprofundados das realidades, bem como da operação/implementação/gestão cotidianas das políticas públicas, segundo os atributos e formas de mensuração do desempenho;

* Informações harmonizadas e indicadores úteis ao gerenciamento “tempestivo” das ações de governo;

DIMENSÕES DO PPA **DIMENSÕES DAS ESTRATÉGIAS** **DE** **MONITORAMENTO DO PLANO**

Estratégia SPI de Monitoramento e Avaliação do PPA 2012-2015

Estratégia de Monitoramento e Avaliação do PPA comporta 4 dimensões

- 1. Prioridades de Governo:** recortes prioritários do SIM-SAM / PR-BR;
- 2. Monitoramento Temático:** todos os **65 Programas Temáticos**, segundo os atributos do Plano e fortemente ancorado no SIOP (SOF-SPI);
- 3. Monitoramento Estratégico:** focado em prioridades da PR/BR, de Ministérios Setoriais responsáveis por programas prioritários, outras prioridades e recortes do próprio MP-SPI e atento aos **11 macrodesafios estruturantes** do Plano.
- 4. Avaliação da Dimensão Estratégica:** organizado por eixos estruturantes do (ou para o) Projeto Nacional de Desenvolvimento, com ênfase nos **11 macrodesafios** do Plano e atento a **5 dimensões principais:** **enfrentamento das desigualdades, rebatimentos no território, reconhecimento das transversalidades, participação social e aproveitamento das potencialidades multissetoriais.**

1- Monitoramento das Prioridades da Presidência

- ❑ **SPI/Sala do PPA:** organização de processos e consolidação das Fichas Mensais de Acompanhamento sob responsabilidade da SPI.
- ❑ **Centralização de informações pelo e-mail:** salappa@planejamento.gov.br e disponibilização coletiva via intranet: SPI-Planejamento / sala do PPA 2012-2015.
- ❑ **Rotinas:** aperfeiçoamentos possíveis (do instrumento de coleta e dos conteúdos específicos), compartilhamento cruzado das Fichas, elaboração de Sumário-executivos relativo ao conjunto de fichas sob responsabilidade da SPI.

2- Monitoramento Temático

De todos os 65 programas temáticos, segundo atributos do Plano e ancorado no SIOP (SPI-SOF)

- Monitoramento temático SIOP – SPI/SOF.
- Prestação de contas – monitoramento formal
 - Organização de processos e consolidação de relatórios semestrais e anuais
 - Alimentação do sistema – SPI e órgãos setoriais
 - Validação dos dados – competência dos analistas das políticas.
 - Consolidação dos dados e geração dos relatórios – sala do PPA
- Para além da prestação de contas:
 - Análise permanente da aderência do PPA, segundo:
 - Mapa de correspondência entre ações-metas-indicadores
 - Mapa de consistência entre iniciativas-objetivos-programas.

3 - Monitoramento Estratégico

Focado em prioridades da Presidência da República, prioridades de ministérios setoriais responsáveis por programas prioritários, outras prioridades e recortes do próprio MPOG-SPI e atento aos 11 macrodesafios estruturantes do plano.

Fundamentado em pactuações entre SPI - órgãos setoriais e alimentado por meio de “redes de conhecimentos”.

- Geração de relatórios “tempestivos” = atualização frequente, oportuna, não-periódica → lógica da oferta > demanda!
- Oferta subsídios para tomada de decisões pelo MPOG baseada em análises críticas dos programas.
- Busca apreender aspectos essenciais da política por meio de “plataforma lógica de harmonização de informações” e análises dos processos em curso, das capacidades institucionais, problemas principais e especificidades das entregas de bens e serviços públicos à população.

4 - Avaliação da Dimensão Estratégica do Plano

Organizada por eixos estruturantes do (ou para o) Projeto Nacional de Desenvolvimento, com ênfase na realização dos 11 macrodesafios do Plano Plurianual e atento a 5 dimensões principais: enfrentamento das desigualdades, reatamentos no território, reconhecimento das transversalidades, participação social e aproveitamento das potencialidades multissetoriais

- Delimitação dos eixos como campos semântico, programático e político do desenvolvimento.
- Interfaces (ou inter-trans-multi setorialidades) entre os 06 eixos.
- Peso e especificidades de cada eixo – e suas interfaces – frente ao Projeto Nacional de Desenvolvimento – trajetórias e estratégias...

ALGUMAS EXPERIÊNCIAS RECENTES NO GOVERNO FEDERAL E CASOS EXITOSOS

Avaliação do Orçamento, Metas Presidenciais, PCPR, SigPlan, Infrasis

PROBLEMAS NA AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO

- ❑ Foco na avaliação fiscal (*Receita versus Despesa versus Superávit*).
- ❑ Não apontava relações entre o orçamento “por resultado” e as entregas à sociedade.

SIGPLAN E INFRASIGS

- ❑ Apresentava informações de 300 programas, 5.000 ações e 24.000 localizadores;
- ❑ Foco nas informações físico-financeiras;
- ❑ Limitado pelos recortes do Orçamento;
- ❑ Informações desconectadas da realidade das políticas públicas;
- ❑ Foco estava no sistema e não na informação (% de preenchimento);
- ❑ Não subsidiava adequadamente a tomada de decisão;
- ❑ Não possibilita o monitoramento e avaliação adequada das políticas públicas.

Avaliação do Orçamento, Metas Presidenciais, PCPR, SIGPlan, Infrasis

METAS PRESIDENCIAIS E SALAS DE SITUAÇÃO

- ❑ Sistemas construídos em paralelo aos modelos de acompanhamento existentes;
- ❑ Tentativas de superar os limites dos sistemas de informação formais (Comitê de Coordenação de Programas, SigPlan, InfraSigs);
- ❑ Construídos a partir da constatação de que as estruturas existentes não produziam informação suficiente para a coordenação do Governo;
- ❑ Foco na informação voltada para a garantia da execução (matriz de responsabilização, espaço de coordenação com os responsáveis para superação de entraves, poder de decisão)
- ❑ Possibilitaram um acompanhamento mais adequado das políticas públicas.

Cadastro Único do Programa Bolsa Família

- ❑ **Registra e mantém atualizadas informações** sobre todas as famílias em situação de pobreza no país (abrangência censitária);
- ❑ **Ampla variedade de informações** (vulnerabilidade; acesso a conhecimento; trabalho; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil; condições habitacionais) que podem ser utilizadas para a elaboração de diagnósticos e definição da política social do país;
- ❑ Cria **condições para tratar informações** capazes de subsidiar uma intervenção integrada (saneamento x habitação x educação x saúde x assistência social x meio-ambiente);
- ❑ O seu **uso por diversas políticas sociais** estimula a melhoria das informações nele contidas;
- ❑ **Municípios são os responsáveis** pelo cadastramento, atualização e zelo pela fidedignidade das informações;
- ❑ Permite **o diagnóstico ao nível local**: mapeamento das carências de comunidades e municípios.

Plano de Aceleração do Crescimento: Regionalização

Desafio: sintetizar a complexidade das análises realizadas em um critério que seja simples, de fácil compreensão e goze de ampla aceitação.

Resultado:

- ✓ Focalização nos municípios integrantes dos Grupos I e II do PAC:
- ✓ 12,88 % dos municípios brasileiros (710 municípios)
- ✓ 67,09 % da população do País (129,5 milhões de habitantes)
- ✓ 78,5 % dos crimes letais intencionais em 2009 (38.436 homicídios)

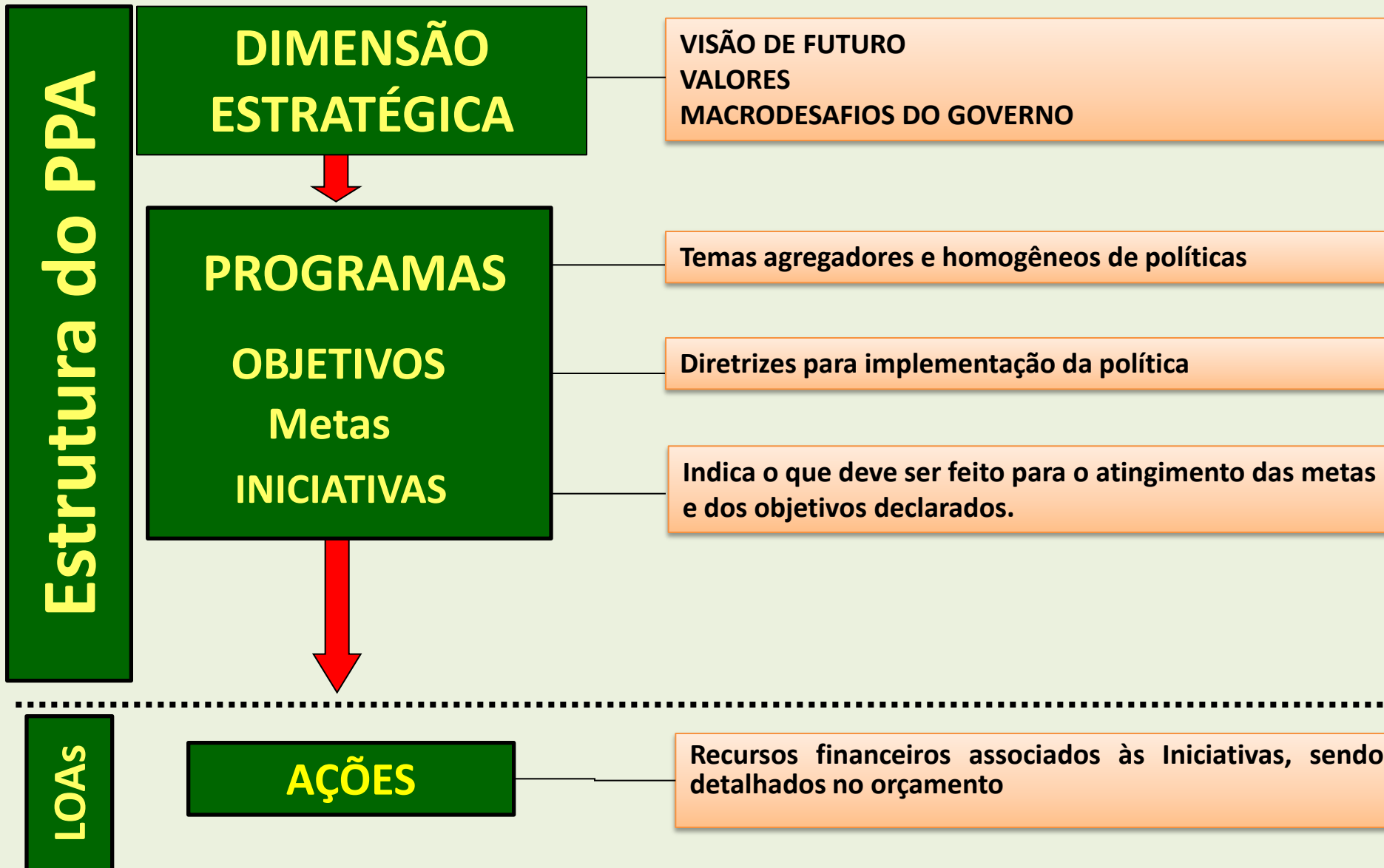
O Grupo II registrou o maior crescimento da taxa de homicídios entre 2000 e 2009 (60,4%) e sua participação no total de homicídios aumentou de 4% para 6,3%.

Estrutura e atributos do PPA 2012-2015:

Razões da mudança, conceitos, implicações e exemplos

O PPA 2012-2015 – Motivação

- ✓ Fortalecer a função Planejamento: foco na implementação – transformações estruturais;
- ✓ Incorporar ao PPA os Objetivos e Prioridades de Governo tais como declarados;
- ✓ Aperfeiçoar o sistema de Planejamento e Gestão do PPA permitindo monitoramento mais apropriado às políticas;
- ✓ Induzir arranjos de Gestão dos Objetivos de Governo no PPA;
- ✓ Induzir as perspectivas regional, transversal e multissetorial;
- ✓ Reorientar o orçamento à lógica da execução;
- ✓ Aperfeiçoar a capacidade de comunicação do Plano (dentro e fora do Governo).



Principais Mudanças

- ✓ Programas e Objetivos expressam políticas públicas do governo federal, reconhecidas como tais;
- ✓ Aprimoramento da transparência (inteligibilidade);
- ✓ Iniciativas orientam a ação do Estado para consecução dos Objetivos e das Metas.
- ✓ Processos distintos e complementares:
 - ✓ Plano formaliza Objetivos e Metas;
 - ✓ Orçamento organiza ações.
- ✓ A integração Plano-Orçamento acontece por meio dos Programas e das Iniciativas.
- ✓ Cria-se espaço para aperfeiçoar a atividade de monitoramento (temático-geral; estratégico-específico), avaliação e gestão do Plano.
- ✓ Regionalização das Metas conforme o tratamento do tema. Ex: Biomas, Região Hidrográfica e Territórios de Identidade.

PPA 2008-2011		PPA 2012-2015	
Programas Finalísticos	217	65	Programas Temáticos
Programas de Apoio às Políticas Públicas (Executivo)	81	31	Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado (Executivo)
Programas de Apoio às Políticas Públicas (Legislativo e Judiciário)	8	13	Programas de Gestão, Manutenção Serviços ao Estado (Legislativo e Judiciário)
		491	Objetivos
		2.503	Iniciativas
		1.224	Iniciativas com ações Orçamentárias Associadas
		1.279	Iniciativas sem ações Orçamentárias Associadas

Quantitativo – Atributos do PPA

Descrição	Quantidade
Total de Programas - Gestão e Manutenção	44
Total de Programas - Temático	65
Programas - Total	121
Total de Indicadores	870
Total de Objetivos	492
Total de Metas Quantitativas	1384
Total de Metas Qualitativas	1069
Total de Metas	2453
Total de Iniciativas Individualizadas	335
Total de Iniciativas não Individualizadas	2230
Total de Iniciativas	2565
Total de Iniciativas Individualizadas com Rebatimento Orçamentário	190
Total de Iniciativas não Individualizadas com Rebatimento Orçamentário	1112
Total de Iniciativas com Rebatimento Orçamentário	1302
Total de Medidas Institucionais e Normativas	741
Total de Fontes Extraorçamentárias	215

Comparativo PPA 2012/15 com anteriores

Modelo de Gestão		
Assuntos	PPAs anteriores	PPA 2012-2015
CONCEITO	Preso à lógica do orçamento	Revela os desafios do Brasil
INFORMAÇÕES NO MONITORAMENTO	Produtos das ações orçamentárias e indicadores dos programas	Análise situacional dos objetivos e metas e atualização anual de indicadores
RESPONSABILIZAÇÃO	Tensão entre a estrutura do orçamento e a estrutura dos órgãos	Responsabilidade compartilhada Cooperação interinstitucional
SISTEMA DE INFORMAÇÕES	Induz a responsabilização ao MP (restrições: orçamento, cargos e pessoal)	Comunica estratégias e resultados das políticas
HORIZONTE TEMPORAL DAS METAS	Anual (quantificável, porém não-mensurável!)	Quadrienal (quantitativas e qualitativas)
GESTÃO	Unisetorial Centralizado no MP Medida única para todos os órgãos	Pactuação Multisetorialidade Flexibilidade
LEGISLAÇÃO	Extensa, rígida e detalhada Processo de revisão rígido Sugere responsabilidades estanques	Curta, principiológica e simples Processo de revisão flexível Declara responsabilidade compartilhada
IMAGEM (desejada)	A gestão do PPA é um conjunto de procedimentos específicos que, uma vez minuciosamente articulados, produzirá informações úteis para o decisor.	A gestão do PPA é uma missão complexa e orientada para a produção de conhecimento sobre a implementação das políticas com vistas a ampliar os canais de atendimento do Estado, com equidade, e revelar o resultado das políticas públicas

Implicações

➤ Planejamento

- Aumenta a legitimidade (menos técnico, considera aspectos mais reais da política)
- Aumenta a utilidade do instrumento
- Amplia as condições e possibilidades
- Amplia o diálogo com a implementação
- Qualifica e complementa a relação com o orçamento (categorias)
- Mudança conceitual

➤ Gestão

- Mudanças conceituais: do foco no processo e procedimentos rígidos para o conhecimento e a implementação das políticas
- Reconhecimento das especificidades de cada política
- Promove melhor coordenação entre as políticas e os órgãos

Implicações

➤ Monitoramento e Avaliação

- Amplia as unidades de monitoramento (Exemplo vacinas)
- Amplia condições para o controle público sobre a sociedade (qualifica as informações)
- Mudança conceitual: aprendizagem organizacional

➤ Controle

- Induz uma visão do processo para o resultado
- Amplia as condições de leitura (unidades e linguagens aderentes ao discurso político: programas do PPA x PCPR x Rel. Gestão)
- Amplia a utilidade das informações (o que era feito com os dados do SIGPlan?)

Implicações

➤ Participação Social

- Amplia condições para o controle social (informações mais qualificadas: do produto da ação para objetivos e metas, linguagem + inteligível)
- Mudança conceitual: o Estado convida a sociedade para monitorar o PPA e fornece condições para

➤ Pacto Federativo

- Alguns Estados aderiram formalmente (BA, TO, DF)
- Revela necessidades de pactuação e induz compromissos
- Oportunidade de integrar ações de diferentes entes

Espaço para debate

- Quais os limites do MODELO?
 - Quais os avanços percebidos?
 - Como aperfeiçoar a gestão a partir da estrutura?
-
- Mostrar Anexo I PPA 2012-2015
 - Utilizar como referência Textos 1 e 2 (exemplos)

MONITORAMENTO TEMÁTICO: 65 PROGRAMAS PPA 2012-2015

Monitoramento Temático

Objeto: OS 65 PROGRAMAS TEMÁTICOS*

Instrumento: SIOP

Itens de monitoramento: INDICADORES, OBJETIVOS, METAS (Regionalização) e INICIATIVAS INDIVIDUALIZADAS (Financiamento Extraorçamentário)

Interface com a LOA: visualização das informações sobre as ações

Periodicidade: 2 vezes ao ano, sem prejuízo de datas específicas (Mensagem Presidencial, PCPR)

*** Ênfase na diminuição do número de campos e simplificação**

Monitoramento Temático

Atributos:

Programas - Não há campos de preenchimento específicos.

Indicadores - SPI é a responsável pelo preenchimento.

Campos de Preenchimento: Valor Apurado, Data de Apuração e Observação.

Objetivo - Órgão responsável pelo objetivo é o mesmo que preenche.

Campos de Preenchimento: Análise Situacional, Anexos e Assunto.

Meta - Órgão responsável pelo objetivo é o mesmo que preenche.

Campos de Preenchimento: Análise Situacional, Anexos e Assunto.

OBS: Metas quantificáveis deverão ser informadas pelos analistas. Dois campos adicionais (quantidade e data)

Iniciativa Individualizada – Órgão responsável pela iniciativa preenche

Campos de Preenchimento: Análise Situacional, Anexos e Assunto.

Informações → Financiamento Extraorçamentário (todas Iniciativas) – órgão responsável pelo financiamento (vide elaboração do PPA).

Campos de Preenchimento: Valor Executado e Observação.

Monitoramento Temático

➤ Informações captadas dos Programas Temáticos

- Apuração dos INDICADORES correspondentes aos Programas Temáticos.
- Análise situacional dos OBJETIVOS de Cada Programa.
- Análise situacional das METAS declaradas no Plano.

OBJETIVOS dos Programas Temáticos

(realizado pelo Órgão responsável pelo Objetivo ou pactuado com o MP)

•Análise situacional dos Objetivos:

- Principais realizações no período;
- Fatores que contribuíram ou que dificultaram a execução;
- Previsão de realização para o próximo período;
- Arranjos de gestão e pactuações mais relevantes;
- Conjunto de iniciativas vinculadas;
- Público beneficiado;
- Conexão com outras políticas;
- Distribuição territorial;
- Resultados, entregas; e
- Outras informações julgadas relevantes pelo órgão que presta a informação.

Monitoramento Temático

METAS quantitativas e qualitativas dos Programas Temáticos

(realizado pelo Órgão responsável pelo Objetivo ou pactuado com o MP)

•Análise situacional das Metas:

- Avaliação do cumprimento da meta;
- Descrição das principais realizações;
- Expectativas para o próximo período;
- Desafios de implementação; e
- Outras informações julgadas relevantes pelo órgão que presta a informação.

Monitoramento Temático: Decreto de Gestão

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012](#), que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 - PPA 2012-2015, definindo princípios, competências e procedimentos para a sua gestão, que compreende a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do PPA.

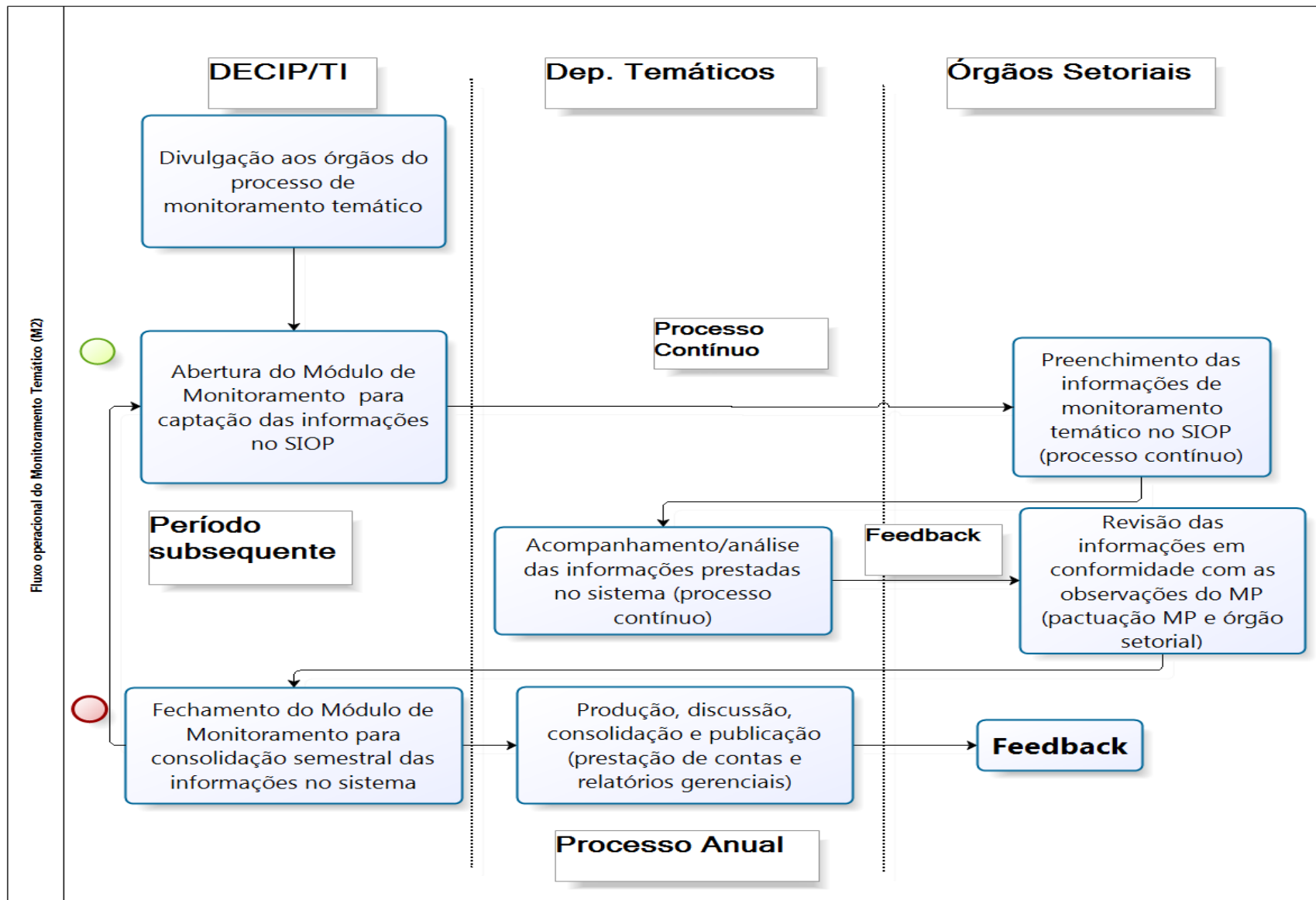
Art. 2º Compete ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em articulação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo, coordenar os processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012-2015, e disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para a sua gestão.

Art. 3º A gestão do PPA 2012-2015, além do disposto no [art. 13 da Lei nº 12.593, de 2012](#), observará os seguintes princípios:

- I - **responsabilização compartilhada** para realização dos Objetivos e alcance das Metas de cada Programa Temático;
- II - **aproveitamento das estruturas de monitoramento e avaliação existentes**, com foco na busca de informações complementares;
- III - consideração das **especificidades** de implementação de **cada política** pública e da **complementaridade** entre elas;
- IV - **articulação e cooperação interinstitucional** para fins de produção e organização das informações relativas à gestão;
- V - **geração de informações** para subsidiar a tomada de decisões;
- VI - **fortalecimento do diálogo** com os entes federados;
- VII - **participação social na gestão** do PPA; e
- VIII - **aprimoramento do controle público** sobre o Estado.

Art. 4º A gestão do PPA 2012-2015 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos.

Fluxograma:



Histórico de Comunicação SPI/Setoriais

2012

06/AGO – Convite para 1a Oficina de Planejamento e Monitoramento do PPA 2012-2015.

14 a 16/AGO - 1a Oficina de Planejamento e Monitoramento do PPA 2012-2015.

06/AGO: e-mail aos SEs com reforço do convite.

07/AGO: e-mail aos SEs com cópia do ofício do convite para a 1a Oficina.

13/AGO: e-mail aos SEs com reforço do convite e reiterando a importância do evento.

24/AGO: e-mail aos SEs reforçando a solicitação dos responsáveis pelo preenchimento de informações no SIOP- 2012-2015.

28/AGO: e-mail aos participantes das oficinas encaminhando material sobre Monitoramento Temático.

24/AGO – Ofício sobre o início da operação do SIOP em modo teste e solicitação de indicação dos gestores responsáveis pelo preenchimento no SIOP.

27/AGO a 21/SET – SIOP em modo teste para registro inicial de monitoramento.

01/OUT – Ofício aos SEs informando início da operação do SIOP-monitoramento em modo normal.

09/OUT - Ofício para a 2a Oficina de Planejamento e Monitoramento do PPA 2012-2015 - enfoque nas agendas transversais.

26/NOV: e-mail aos gestores lembrando do encerramento no dia 30/nov do período de teste de utilização do SIOP.

2013

15/JAN – Ofício aos SEs reforçando a solicitação de participação dos órgãos nos trabalhos de monitoramento, e informando a agenda de trabalho de atualização do PPA 2012-2015.

07/FEV e-mail aos gestores lembrando o prazo de encerramento do período de monitoramento do PPA e solicitando a verificação das informações preenchidas no SIOP.

08/FEV e-mail aos cadastradores de usuário do SIOP nos órgãos com orientações de sistema.

20/FEV Ofício aos SEs com os relatórios de monitoramento gerados no SIOP e solicitação de validação dos dados, atentando para o conteúdo e qualidade da narrativa. Processo encerrado em 15 de março de 2013.

20/FEV: e-mail aos SEs reforçando o envio do Ofício e lembrando que essas informações subsidiarão a elaboração do Relatório de Avaliação do PPA, a ser enviado ao Congresso Nacional até 31 de maio de 2013.

Relatório Anual de Monitoramento Temático do PPA – ano-base 2012

1. Volume 1: Análise da Dimensão estratégica do PPA (VER PÁGINA PLANEJAMENTO)

2. Volume 2

- ***TOMO 1: POLÍTICAS SOCIAIS: segurança social ampliada; direitos humanos e segurança pública; educação, esportes e cultura;***
- **TOMO 2: POLÍTICAS DE INFRAESTRUTURA: planejamento urbano, habitação, saneamento e usos do solo; energia e comunicações; mobilidade urbana e transportes;**
- **TOMO 3: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL: desenvolvimento produtivo com inovação e sustentabilidade;**
- **TOMO 4: POLÍTICAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO: soberania e território; política econômica planejamento governamental e gestão pública.**

The logo consists of the letters 'SPI' in a bold, sans-serif font, colored in a light green. The letters are contained within a light blue oval shape. This logo is positioned in the upper right quadrant of the slide, set against a background of a light green to white gradient with a pattern of faint, semi-transparent hexagons.

Informações captadas no Monitoramento (exemplos)

\$ Incidência de questões de Orçamento

17



Políticas Sociais

- 2071 - Trabalho, Emprego e Renda (2)
- 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional (1)
- 2070 - Segurança Pública com Cidadania (1)
- 2020 - Cidadania e Justiça (5)
- 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude (2)
- 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência (2)
- 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (1)
- 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso (1)
- 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos (2)

8



Políticas de Infraestrutura

- 2054 - Planejamento Urbano (2)
- 2049 - Moradia Digna (1)
- 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (1)
- 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral (2)
- 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia (2)

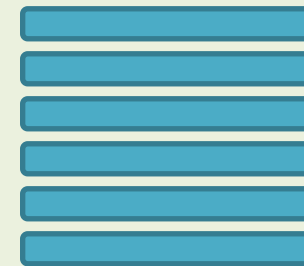
34



Desenvolvimento Prod. e Ambiental

- 2055 - Desenvolvimento Produtivo (2)
- 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação (6)
- 2023 - Comércio e Serviços (1)
- 2050 - Mudanças Climáticas (5)
- 2018 - Biodiversidade (1)
- 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios (2)
- 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (2)
- 2012 - Agricultura Familiar (1)
- 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização (8)
- 2013 - Agricultura Irrigada (3)
- 2042 - Inovações para a Agropecuária (1)
- 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos (1)
- 2052 - Pesca e Aquicultura (1)

38



Soberania, Território e Gestão

- 2057 - Política Externa (3)
- 2058 - Política Nacional de Defesa (19)
- 2056 - Política Espacial (8)
- 2059 - Política Nuclear (3)
- 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida (2)
- 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (3)



Incidência de questões de **Pessoal**

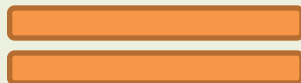
13



Políticas Sociais

- 2071 - Trabalho, Emprego e Renda (4)
- 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (1)
- 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas (1)
- 2070 - Segurança Pública com Cidadania (3)
- 2020 - Cidadania e Justiça (2)
- 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso (2)

6



Políticas de Infraestrutura

- 2054 - Planejamento Urbano (1)
- 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (3)
- 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral (1)
- 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito (1)

18



Desenvolvimento Prod. e Ambiental

- 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação (2)
- 2047 - Micro e Pequenas Empresas (1)
- 2023 - Comércio e Serviços (1)
- 2050 - Mudanças Climáticas (1)
- 2018 - Biodiversidade (1)
- 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios (1)
- 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização (4)
- 2013 - Agricultura Irrigada (1)
- 2028 - Defesa Agropecuária (3)
- 2042 - Inovações para a Agropecuária (1)
- 2052 - Pesca e Aquicultura (2)

10



Soberania, Território e Gestão

- 2057 - Política Externa (1)
- 2058 - Política Nacional de Defesa (4)
- 2056 - Política Espacial (3)
- 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida (1)
- 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública(1)



Incidência de questões de **Patrimônio**

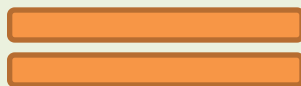
4



Políticas Sociais

- 2019 - Bolsa Família (1)
- 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial (1)
- 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (1)
- 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso (1)

2



Políticas de Infraestrutura

- 2054 - Planejamento Urbano (2)

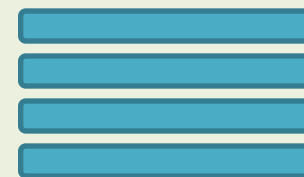
2



Desenvolvimento Prod. e Ambiental

- 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (1)
- 2052 - Pesca e Aquicultura (1)

4

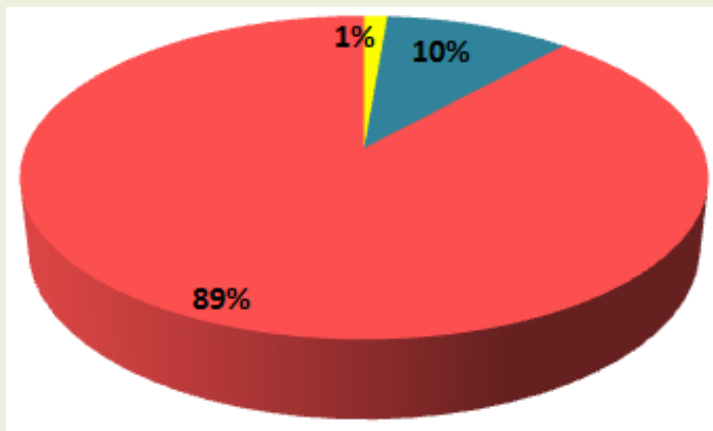


Soberania, Território e Gestão

- 2057 - Política Externa (1)
- 2059 - Política Nuclear (1)
- 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública (2)

Políticas Sociais - Execução Orçamentária de 2012*

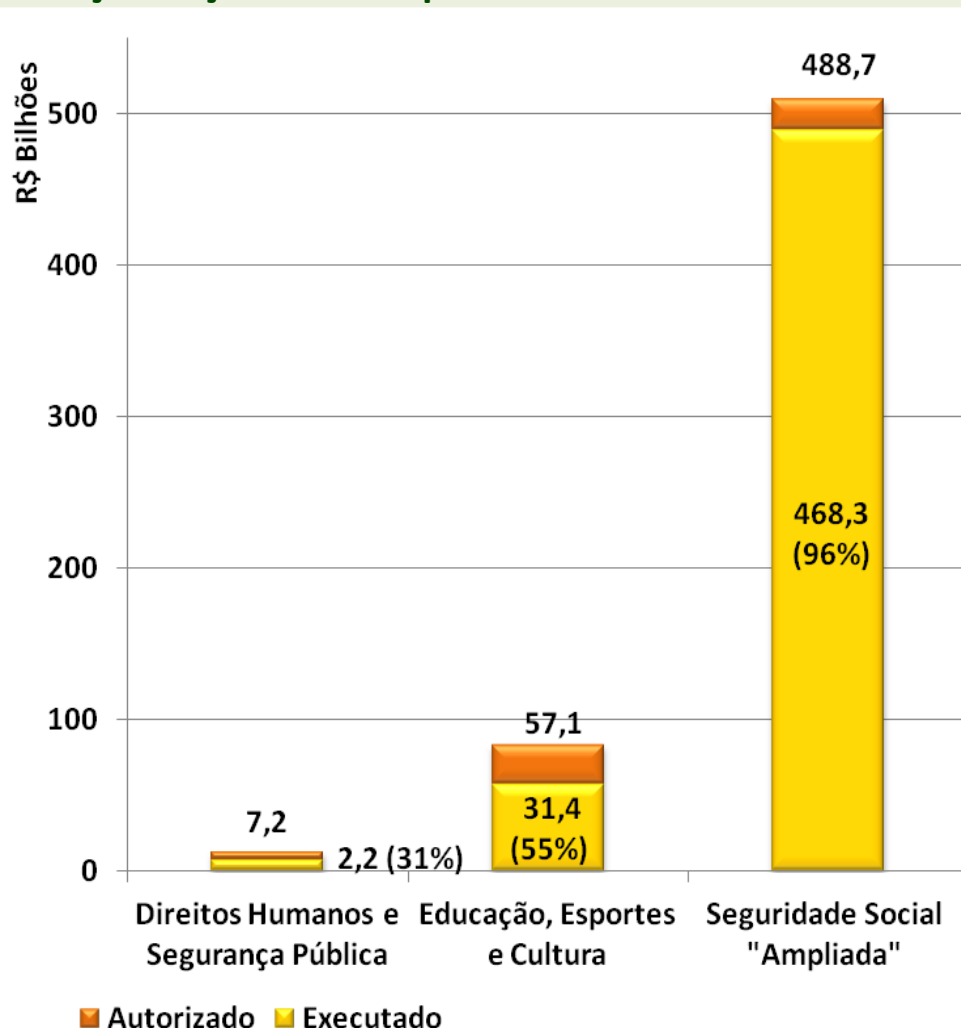
Valores Autorizados (LOA + Créditos),
por Subdivisão do Bloco Temático



Total : 553,1 bilhões

- Direitos Humanos e Segurança Pública (7,2 bilhões)
- Educação, Esportes e Cultura (57,1 bilhões)
- Seguridade Social "ampliada" (488,7 bilhões)

Execução Orçamentária por Subdivisão do Bloco Temático **



Total : 501,9 bilhões

* Considerados Apenas os Programas Temáticos

** Liquidado dos Orçamentos Fiscal e Seguridade + Pago do Orçamento de Investimentos

**Relatório Anual de Avaliação
do PPA 2012-2015 Volume II**

SPI

**Tomo I
Políticas
Sociais**

**Tomo II
Políticas de
Infraestrutura**

**Tomo III
Desenvolvimento
Produtivo e Ambiental**

**Tomo IV
Soberania,
Território e Gestão**

Áreas Programáticas

- Seguridade Social “ampliada”
- Direitos Humanos e Segurança Pública
- Educação, Esportes e Cultura

2015 – Aperfeiçoamento do SUS

Avanços

Avanço na incorporação de arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do contrato organizativo de ação pública (COAP) (Decreto 7.508/2011)

Estratégia de Saúde da Família. Atualmente, há cobertura de 54,8 % da população brasileira, com 1.109 equipes implantadas em 2012 e cadastramento de 6.658 novos agentes comunitários de saúde. Essa estratégia vem sendo expandida a outros espaços além do domiciliar, a exemplo das iniciativas de promoção, prevenção e avaliação da saúde de estudantes de 56.157 escolas situadas em 2.495 municípios.

Unidades Básicas de Saúde (UBS). Em 2012 foram beneficiados 3.872 municípios em todo Brasil, com apoio a construções, reformas e ampliações. Ao longo do ano, este Programa habilitou 5.247 propostas para reforma, 5.458 propostas de ampliação e 638 propostas de construção de UBS. Nesse mesmo ano, foram construídas mais 437 novas UBS. Destaca-se, também, o cadastramento de 64 propostas de UBS Fluviais.

Fragilidades

Meta de assinatura de contratos organizativos de ação pública (COAP) apresentou baixa execução até dezembro de 2012 (5,5% da meta estabelecida). Atribui-se parte das dificuldades ao período de transição eleitoral nos municípios.

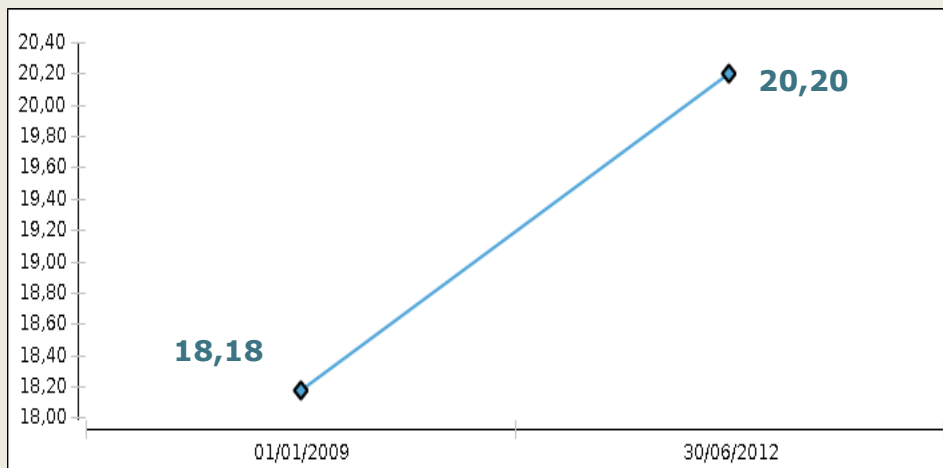
Malária. Apesar de o número de casos de malária registrado ter sofrido uma redução de 9% no período de janeiro a dezembro de 2012 (240.993) quando comparado com o mesmo período de 2011 (265.994), alguns estados apresentaram aumento no número de casos: AM (+41%), e AC (+20%). Os demais apresentaram redução: AP (-20%), MA (-37%), MT (-22%), PA (-31%), RO (-21%), RR (-41%) e TO (-34%).

Combate à dengue. Em 2012, houve notificação de 565.510 casos graves, correspondendo a uma redução de 22% em relação ao mesmo período de 2011, quando foram notificados 727.803 casos. A redução dos casos de dengue no país pode ser atribuída ao esforço de antecipação das atividades de prevenção nos municípios. Essas ações foram induzidas pela Portaria 2.557, que beneficiou 1.158 municípios que receberam recursos para qualificação das atividades de controle de vetores, vigilância e assistência. No mesmo período foram confirmados 284 óbitos correspondendo uma redução de 41% em relação ao mesmo período de 2011 quando foram confirmados 484 óbitos por dengue. Entretanto, o indicador apresenta crescimento relevante da taxa de incidência entre 2009 e 2011; sendo que o combate à dengue um tema sensível, em especial com sentimento de nova ampliação da incidência em 2013.

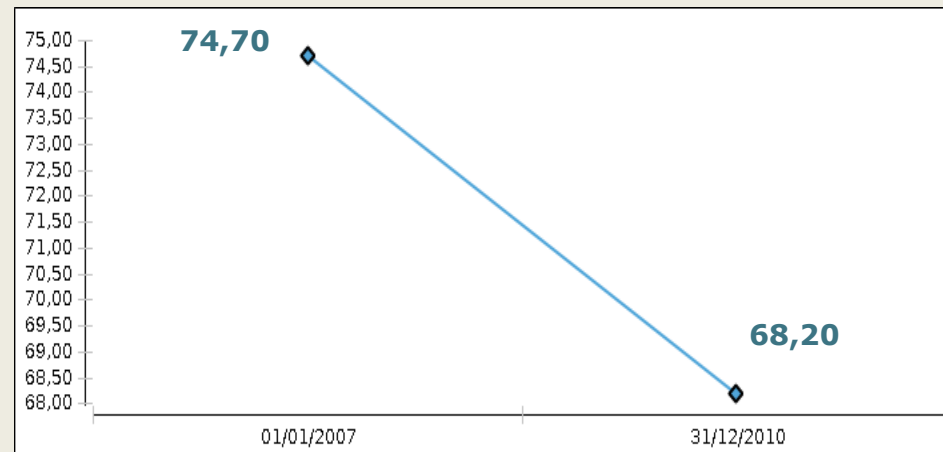
2015 – Aperfeiçoamento do SUS

INDICADORES

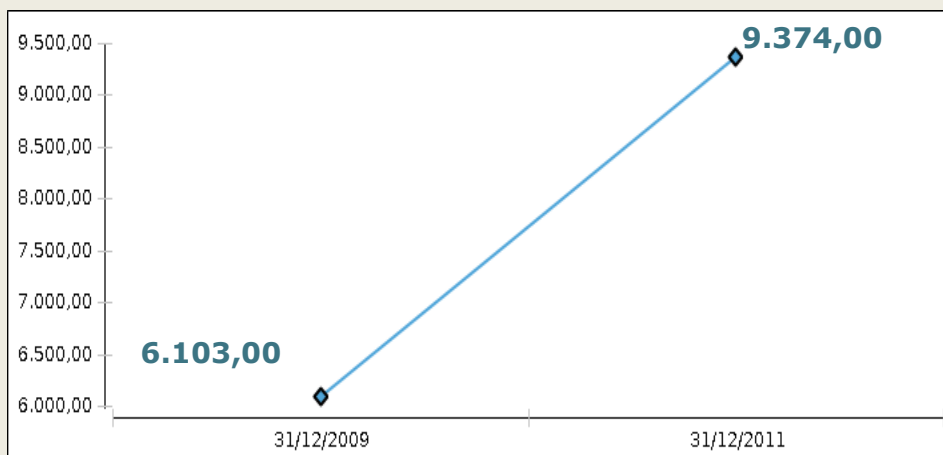
Taxa de incidência de Aids (1/100.000)



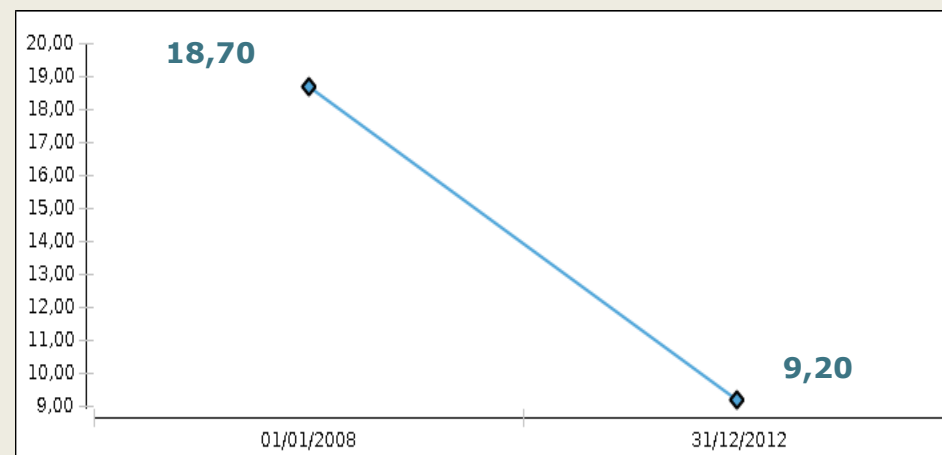
Razão de mortalidade materna (1/100.000)



Incidência de Sífilis Congênita (unidade)



Índice parasitário anual (IPA) da malária (razão)



2015 – Aperfeiçoamento do SUS

METAS

Meta (2015)	Resultado (2012)	
Implantar 3.272 unidades básicas de saúde(UBS) (36.892 UBS em 2011 para 40.164 até 2015)	437 UBS implantadas	
Ampliar em 50.000 o número de agentes comunitários de saúde (245.000 em 2011 para 295.000 até 2015)	Número de agentes ampliado em 6.658	
Ampliar em 5.300 o número de equipes saúde da família, (31.660 equipes em 2011 para 36.960 até 2015)	1.109 Equipes formadas	
Implantar 15 centros de alta complexidade em oncologia (28 centros em 2011 para 43 até 2015)	5 centros implantados	
Implantar as equipes de atenção à saúde domiciliar, chegando a 977 equipes até 2015	233 equipes implantadas	
Promover a adesão de 5.556 Municípios ao Programa Saúde na Escola	2.495 municípios aderiram ao programa	
Ampliar a cobertura vacinal de tetravalente em menores de 1 ano, passando de 62,39% para 70% dos municípios com 95% de cobertura vacinal	70% dos municípios cobertos	
Reduzir a incidência de Aids de 20,1/100.000 hab. em 2009 para 18,9/100.000 hab. até 2015	Incidência de 20,2% em 2012	
Reduzir a incidência parasitária anual por malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,5/1000 hab. em 2008 para 9,45/1.000 hab. até 2015	Incidência de 9,2% em 2012	

Áreas Programáticas

- Planejamento Urbano, Habitação, Saneamento e Usos do Solo
- Energia e Comunicações
- Mobilidade Urbana e Transportes

Programa 2033 – Energia Elétrica

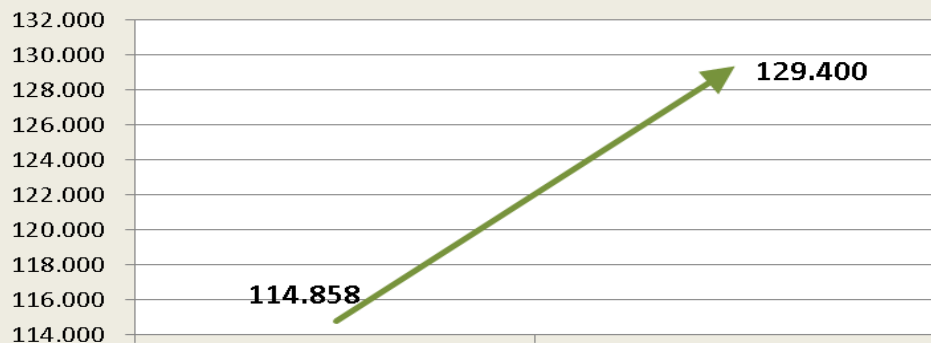
Avanços	Fragilidades
Redução do número de domicílios sem acesso a energia elétrica.	Dificuldades durante processo de licenciamento ambiental devido ao crescimento do número e magnitude das exigências de diversos grupos e à estrutura insuficiente dos órgãos licenciadores.
Avanço das obras de geração e transmissão.	Preços finais da energia elétrica elevados.
Regulamentação da mini e microgeração distribuída.	Redução da capacidade de armazenamento relativa ocasionada pela lógica de adoção de usinas a fio d'água.
Lançamento do Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf.	

Programa 2033 – Energia Elétrica

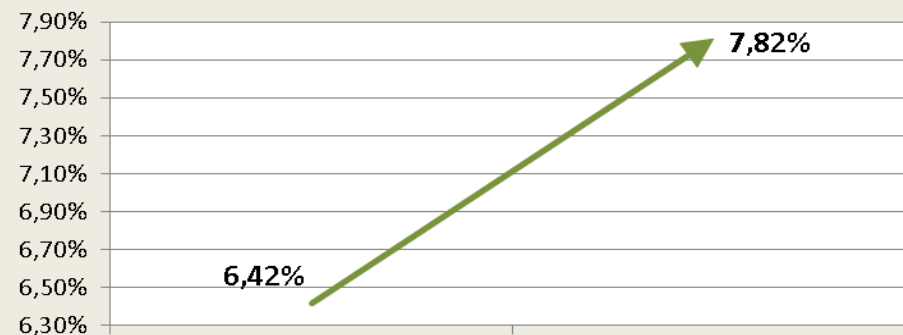
INDICADORES



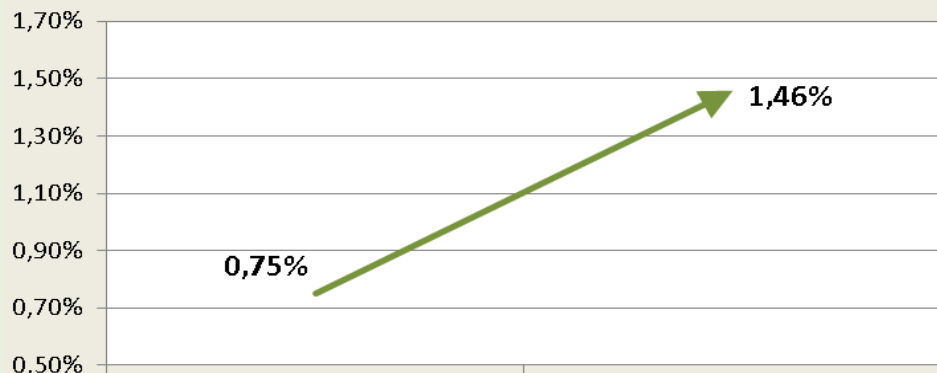
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica
(áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento)



Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa
(áreas em taludes e encostas sujeitas a deslizamento)



Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica



Taxa de participação de fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral



Programa 2033 – Energia Elétrica

METAS

Meta (2015)	Resultado (2012)	
Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa	Aumento de 916,8 MW alcançado	
Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica	Meta superada – 20 rios inventariados	
Realizar 16 projetos e estudos de viabilidade de parques eólicos com potencial de aproximadamente 1.600 MW de capacidade de geração a partir da fonte eólica	Meta superada – 117 projetos e estudos de viabilidade realizados	
Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa	655 MW projetados	
Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica	961 Km acrescidos	
Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados	56,2 MW acrescidos	
Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN	10.034 MVA implantados	
Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional	4.260 MVA adicionados	
Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos	120.131 Municípios atendidos	
Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização	50% da população-alvo atendida	

Áreas Programáticas

- Desenvolvimento Produtivo com Inovação
- Desenvolvimento Produtivo com Sustentabilidade

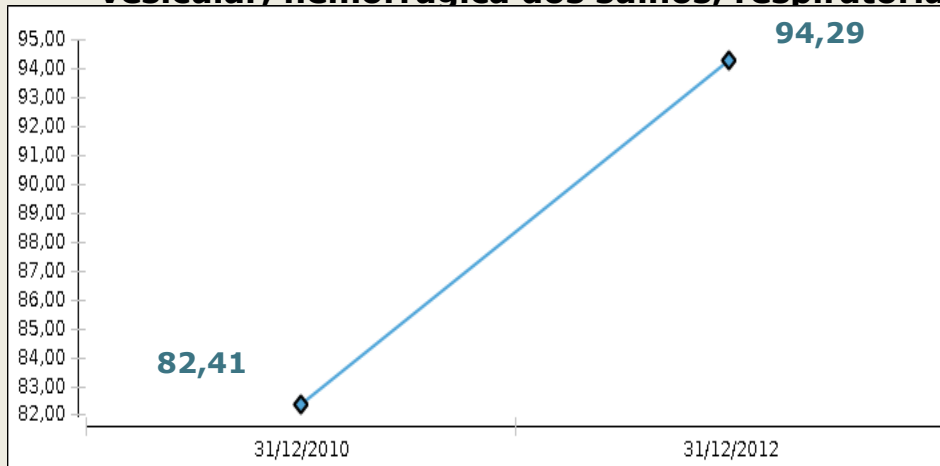
2028 – Defesa Agropecuária

Avanços	Fragilidades
Sucesso no combate à febre aftosa, com a ampliação das áreas consideradas livres da febre aftosa	Dificuldades de articulação com os órgãos de defesa sanitária estaduais
Eficiência nos sistemas de atendimento e notificação de doenças e pragas	Abate clandestino
Auxílio aos países vizinhos no combate a pragas e doenças	Falta de pessoal especializado.
Desenvolvimento de cultivares resistentes a pragas pela Embrapa	Vulnerabilidade devido a ampla fronteira terrestre
Alto índice de conformidade de insumos agropecuários	Lentidão no processo de registro de defensivos agrícolas
Alto índice de conformidade de produtos de origem vegetal	Falta de laboratórios especializados
Alta taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	Lentidão da adesão de Estados e Municípios ao Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

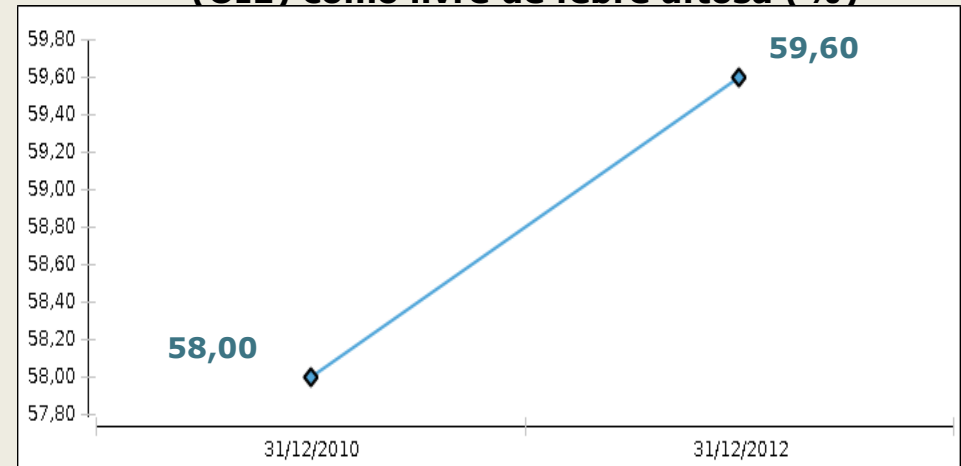
2028 – Defesa Agropecuária

INDICADORES

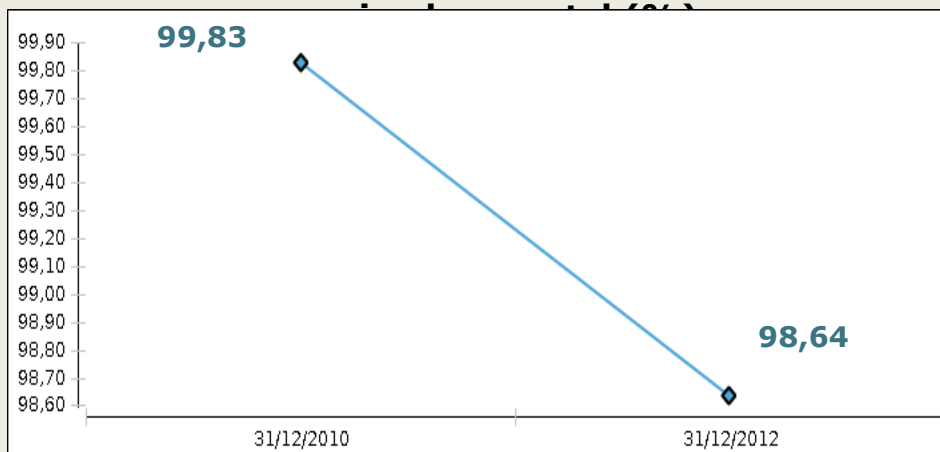
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória)



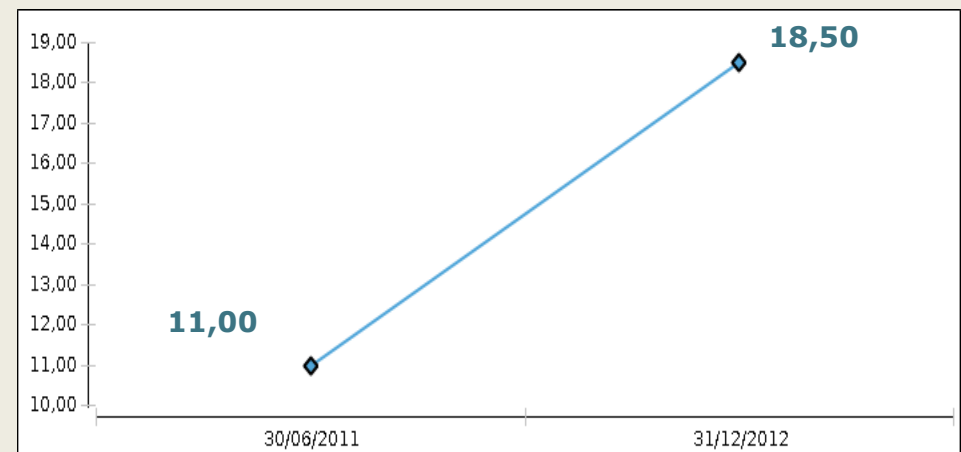
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa (%)



Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal (%)



Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA (%)



2028 – Defesa Agropecuária

METAS

Meta (2015)	Resultado (2012)	
Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais	550.000 ha controlados	
Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves	96,4% dos atendimentos no prazo legal	
Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos	100% atingida	
Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA	10.000 profissionais capacitados	
Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários	32.582.823 ensaios realizados	
Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal	Meta 100% atingida	
Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 10 enfermidades em animais aquáticos	8 métodos estabelecidos	

Áreas Programáticas

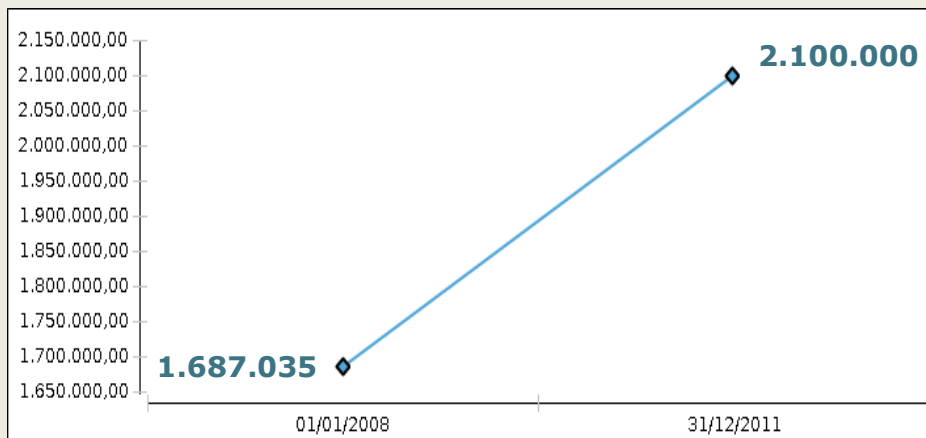
- Soberania e Território
- Política Econômica e Gestão Pública

Avanços	Fragilidades
<p>Apoio a 165 territórios rurais e seus colegiados, viabilizando a elaboração/qualificação de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável, a formação de agentes de desenvolvimento incluindo gestores públicos, entre outros.</p>	<p>Necessidade de ampliar a modernização dos postos de atendimento do SINE</p>
<p>Apoio à gestão de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.</p>	
<p>Reconhecimento de 61 novos territórios rurais.</p>	
<p>Sucesso na execução do PAC II - Estradas Vicinais, com 1.161 municípios beneficiados com máquinas retroescavadeiras para recuperação de estradas vicinais.</p>	
<p>Atendimento a 12.948 trabalhadoras rurais com acesso a políticas públicas de apoio à infraestrutura</p>	
<p>Emissão gratuita de 247.502 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais</p>	
<p>Realização de 755 mutirões de emissão de documentos em articulação com diversos órgãos emissores</p>	
<p>Aprovação e sanção da Lei nº 12.690/2012 que regula o funcionamento das cooperativas de trabalho</p>	
<p>Inserção de 1.375 empreendimentos econômicos solidários no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.</p>	
<p>Atualizadas e mantidas informações de 21.859 organizações de economia solidária.</p>	

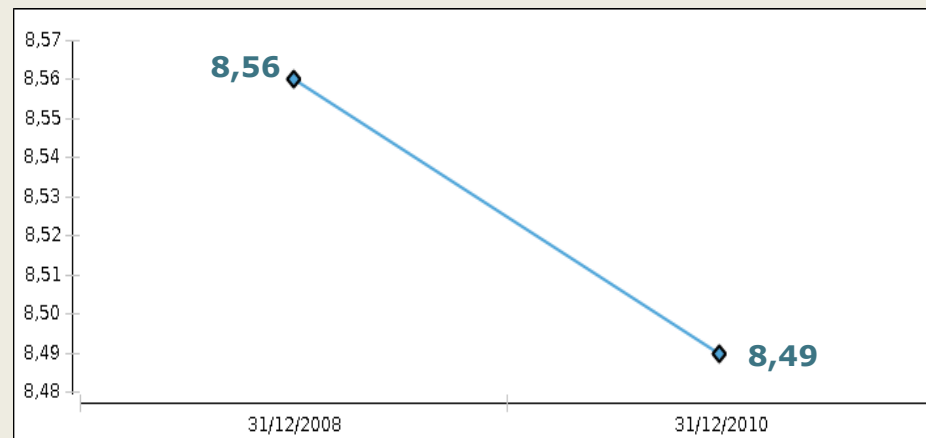
2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

INDICADORES

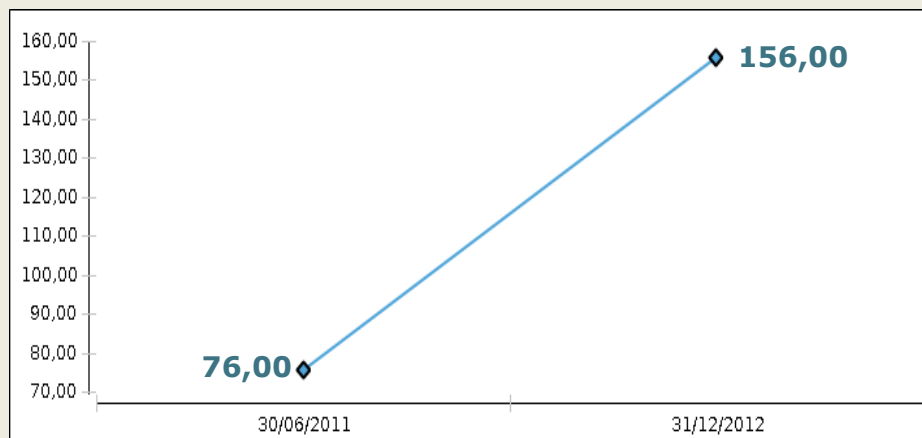
● ● ● Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários (unidade)



● ● ● Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual (%)



● ● ● Número de Colegiados Territoriais Consolidados (unidade)



2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

METAS

Meta (2015)	Resultado (2012)	
Aprovar o novo marco legal da economia solidária e do cooperativismo de trabalho	Anteprojeto em análise	
Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária	21.859 organizações atendidas	
Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento	Meta atendida integralmente	

DESAFIOS

Desafios do Monitoramento

- ❑ **Utilidade aos executores** de políticas, contribuindo para a implementação das metas estabelecidas no Plano.

- ❑ Governo Federal ativo e atento na **identificação de desafios e oportunidades** e na construção de soluções/meios para o aprimoramento das políticas públicas.

- ❑ Preenchimento das informações no SIOF como subsídio para elaboração de outros documentos públicos:
 - **Mensagem Presidencial**, que inaugura a sessão legislativa;
 - **Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR)**,
 - **Relatório de Gestão** de cada órgão setorial;
 - demais relatórios e análises pertinentes ou necessários à consolidação do PPA como referência fundamental à organização e à gestão das políticas públicas.

- ❑ **Confiança e construção permanente de laços e canais de comunicação** para aprimoramento da **qualidade da informação e do conhecimento sobre políticas**.

Obrigado!